

AGENCIAMENTOS TERRORISTAS



crocodilo

crocodilo edições

MARINA B. LAURENTIIS E LOU BARZAGHI



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES

IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO – PEDRO CUNHA DE HOLANDA

SÁVIO MACHADO CAVALCANTE – VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

JASBIR K. PUAR

Agenciamentos terroristas

Homonacionalismo em tempos queer

Tradução

Priscila Piazzentini Vieira

Luiz Filipe da Silva Correia



crocodilo



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

P96a Puar, Jasbir K.

Agenciamentos terroristas : homonacionalismo em tempos queer / Jasbir K. Puar ; tradução : Priscila Piazzentini Vieira e Luiz Felipe da Silva Correia. – São Paulo, SP : crocodilo edições ; Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2024.

Tradução de: *Terrorist assemblages : homonationalism in queer times.*

1. Biopolítica. 2. Securitização. 3. Terrorismo. 4. Queer. I. Vieira, Priscila Piazzentini. II. Correia, Luiz Felipe da Silva. III. Título.

CDD – 320.1
– 332.7
– 303.625
– 306.76

ISBN 978-65-88301-28-9 (CROCODILO EDIÇÕES)
ISBN 978-85-268-1674-9 (EDITORA DA UNICAMP)

Copyright © Jasbir K. Puar

© Duke University Press, 2007 | Prefácio e posfácio, 2017

© desta edição, crocodilo edições e Editora da Unicamp, 2024

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste livro são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da crocodilo edições e da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

crocodilo edições
Avenida São Luís 192, cj 1607
São Paulo (SP)
www.crocodilo.press
instagram: crocodilo.edicoes

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br
vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 2017	7
PREFÁCIO: TÁTICAS, ESTRATÉGIAS, LOGÍSTICAS	15
INTRODUÇÃO: HOMONACIONALISMO E BIOPOLÍTICA	45
1. A SEXUALIDADE DO TERRORISMO	103
2. ABU GHRAIB E O EXCEPCIONALISMO SEXUAL DOS EUA	177
3. CONTROLE ÍNTIMO, DETENÇÃO INFINITA: RELENDO O CASO LAWRENCE.....	233
4. “O TURBANTE NÃO É UM CHAPÉU”: A DIÁSPORA QUEER E AS PRÁTICAS DE PERFILAMENTO	311
CONCLUSÃO – TEMPOS QUEER, AGENCIAMENTOS TERRORISTAS.....	375
POSFÁCIO – HOMONACIONALISMO EM TEMPOS DE TRUMP.....	405
AGRADECIMENTOS.....	429
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	435

PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 2017

Tavia Nyong'o

O que a teoria queer pode nos ensinar sobre a guerra global contra o terror? Após o massacre de 2016 na casa noturna Pulse, na Flórida, tal pergunta soa menos evidente do que era em 2007, quando a publicação de *Agenciamentos terroristas: homonacionalismo em tempos queer* a colocou pela primeira vez. Muita coisa mudou desde aquele ano; os homonacionalistas não precisaram ir além do discurso do bilionário gay Peter Thiel na Convenção Nacional Republicana, naquele mesmo verão de 2016, para evidenciar que sua ideologia alcançara um ponto de saturação política, na qual mesmo um candidato político xenófobo como Donald Trump sentia a necessidade de abraçar a contragosto os direitos dos homossexuais (embora de forma oportunista e temporária, como revelaram as traições posteriores). A teoria queer é precisamente o que precisamos para pensar através dos artifícios e das armadilhas de uma cultura política pronta para instrumentalizar queers em um momento e, no seguinte, tornar-nos cruelmente bodes expiatórios (como o infeliz *troll* queer de direita Milo Yiannopoulos aprendeu com pesar). O projeto de escrita intervencionista que culminou na pesquisa do livro *Agenciamentos terroristas*, como Puar apontou em seu posfácio, emergiu nos anos seguintes ao 11 de Setembro e à invasão do Iraque, e ganhou mais força após os crimes de guerra dos EUA na prisão de Abu Ghraib tornarem-se públicos, evento que obrigou um acerto de contas com o quanto o estigma queer tornou-se uma arma em um teatro de guerra. Os anos de intervenção desde esse momento – apesar da crescente esperança que surgiu brevemente com a presidência de Barack Obama – têm feito

pouco para reduzir a urgência dessas perguntas. E, assim, o lançamento desta nova edição do impactante trabalho de Puar é um evento em si mesmo. Ele conclama para nada menos do que a restauração da ambição crítica da teoria queer em tempos sombrios.

Nenhum trabalho que intersecciona os estudos críticos sobre queerização, raça, religião e guerra pode esperar que a controvérsia seja evitada, ainda mais uma obra com o fervor militante e com a política obstinada de *Agenciamentos terroristas*. Mas, além de todo o som e a fúria projetados para obstruir uma leitura e avaliação séria do argumento de Puar, existe um texto cujas desafiadoras recompensas só crescem com uma reflexão fundamentada. Se a era Obama não nos deixou mais perto de sermos capazes de confrontar a dinâmica imperial que alastra violência e espoliações, guerra e terror, degradação e xenofobia, tanto domésticos quanto internacionais, então as lições deste livro são as que ainda precisamos levar em consideração. Nós não estamos fora de perigo. Mas *Agenciamentos terroristas* é provavelmente a explicação mais vívida que receberemos de como chegamos até aqui.

O grande impacto do livro tem sido disseminar rapidamente dois conceitos ferozmente contestados em terrenos discursivos um tanto distintos, embora sobrepostos. Nenhum deles foi completamente inventado nestas páginas, mas sem *Agenciamentos terroristas* eles dificilmente teriam circulado da maneira como agora circulam tão frequentemente. Refiro-me, é evidente, aos conceitos de “homonacionalismo” e “agenciamento queer” – o primeiro, uma palavra-chave política que apareceu em uma sequência de variações teóricas de “heteronormatividade” (associada ao trabalho de Michael Warner) e “homonormatividade” (associada ao trabalho de Lisa Duggan); o segundo, uma extensão conceitual chave de trabalhos em teoria do afeto e, em particular, para a análise deleuziana das sociedades de controle. É útil ter em mente a trajetória recombinate dessas provocações conceituais, na medida em que registra o espírito polêmico, embora provisório, com que Puar escreve nestas páginas. Pensar além do terror requer pensar em movimento, e este texto executa essa mobilidade analítica belamente. Ele traz insistentemente à tona o pano

de fundo político que as políticas assimilacionistas da igualdade matrimonial fizeram para mascarar nas políticas LGBT predominantes nestes anos: as guerras no Iraque e no Afeganistão; a instrumentalização dos direitos humanos pela política externa dos EUA; e as reações contra os protestos negros e organizações pró-imigrantes e refugiados, que culminaram na eleição de 2016. Com a exibição desastrosa do “O amor vence o ódio”^{*} como uma estratégia eleitoral agora no espelho retrovisor (as mulheres brancas eleitoras estavam entre aquelas que optaram pelo teatro da segurança em vez da solidariedade feminista), é mais fácil de admitir exatamente quão longe *Agenciamentos terroristas* enxergava adiante. Na medida em que a visibilidade homonormativa e transnormativa na mídia encorajou uma narrativa sobre o amor e a tolerância, ao custo de entender como tal inclusão faz queers se dobrarem à vida do Estado-nação, como Puar mostra nestas páginas, essa visibilidade forja laços fortes de cumplicidade entre a vida queer e a guerra indefinida pelo bem da “pátria”.

O conceito de “agenciamento” que aparece nestas páginas trabalha igualmente para ampliar o escopo e o alcance da teoria do afeto entre formações feministas e formações intelectuais de queers e mulheres não brancos.^{**} Uma vez que é uma palavra que veio de fora dos léxicos

^{*} No inglês, a campanha faz um trocadilho contra o ódio de Trump: “Love Trumps Hate”. (N. da T.)

^{**} No original, “*of color*”; o livro também utiliza a expressão “*people of color*”. Essa categoria é problematizada nos EUA por suas continuidades com a expressão mais antiga “*colored people*”, que foi criticada no século XX pelo movimento negro em favor de categorias como “*black*” [negro/preto] e “*afroamerican*” [afro-americano/afro-estadunidense]. Mais recentemente, “*people of color*” foi reapropriada em alguns debates e movimentos raciais para se referir conjuntamente às diversas categorias raciais estadunidenses excetuando-se a racialidade branca. No Brasil, sua correspondência mais próxima, “*peças de cor*”, também foi problematizada por seu uso histórico de conotação racista. Atualmente, encontra-se no meio literário e acadêmico diferentes opções de tradução, incluindo “*peças racializadas*”, “*peças não brancas*” e “*peças de cor*”, bem como a manutenção da expressão original na língua inglesa. Nesta edição, optamos por utilizar “*peças não brancas*”, embora essa expressão também receba críticas por reproduzir uma centralidade na branquidade. Essa opção foi escolhida procurando evitar “*peças de cor*”, pela continuidade de sua conotação negativa; e “*peças racializadas*”, que reitera o apagamento da branquidade enquanto uma forma de racialização – questão que é relevante para a argumentação de Jasbir Puar. (N. da E.)

políticos e ativistas anglo-estadunidenses, ela deve nos dar uma pausa produtiva. Uma tradução do francês *agencement*, agenciamento tem sido frequentemente considerado no uso anglo-estadunidense como sinônimo de “coleção”, “agrupamento” ou “reunião”. As imagens mais conhecidas de artes híbridas, instalações e colagens das vanguardas artísticas – para não mencionar as representações na mídia dos acumuladores e dos colecionadores – têm reforçado essa impressão um tanto literal de agenciamento como mera justaposição de coisas. Retraduzir *agencement* do francês como “ações arranjadas” pode nos aproximar do sentido de agenciamento que Puar desdobra nestas páginas. O agenciamento queer nos direciona não apenas para coisas, mas para velocidades; não apenas para objetos, mas para afetos; não apenas para detritos perceptíveis, mas para o jogo imperceptível de forças que os coloca em contato, fusão e fissão. A volatilidade explosiva de um conceito como “agenciamento terrorista” então, como é desdobrada aqui, reside precisamente em sua capacidade de recusar as categorias e os protocolos de um aparato de segurança cujas energias têm sido mobilizadas e sustentadas por uma imagem fóbica do terrorista como o Outro. A partir de sua descrição multifacetada e rigorosamente detalhada de como o afeto funciona biopoliticamente para tornar o corpo marrom,* ou o corpo *hijab*, ou o corpo turbante um alvo para a apreensão, interrogação, identificação e exclusão, Puar torna nítido que a versão da identidade mobilizada pela inclusão multicultural dificilmente é forte o suficiente para responder ao teor da política em nossos tempos.

A história horrorosa de Omar Mateen, o atirador afegão-estadunidense no massacre na casa noturna Pulse, que se tornou o garoto-propaganda para a masculinidade tóxica e torturada, expressa o poder analítico do conceito de Puar da queerização do agenciamento terrorista. Nascido nos Estados Unidos, filho de afegãos, incluindo um pai cuja melancolia pós-

* No original, “*brown*”, categoria racial estadunidense que, referindo-se ao tom de pele, engloba grupos raciais como os de pessoas sul-asiáticas, pessoas árabes, pessoas negras de pele clara e pessoas latinas. (N. da E.)

-colonial levou-o a representar a si mesmo como um candidato à presidência para o Afeganistão, Mateen foi treinado e empregado pelo próprio aparato de segurança que surgiu para responder ao tipo de ameaça terrorista que ele supostamente se tornou. Suspensão de seu cargo de guardião de um tribunal da Flórida após ameaçar colegas de trabalho, orgulhando-se de uma falaciosa conexão com a Al-Qaeda, seu emprego abjeto de símbolos terroristas o levou a ser investigado várias vezes pelo FBI. Apesar dessa vigilância e investigação, Mateen ainda tinha permissão legal para portar uma arma de fogo no momento do seu tiroteio, acentuando o grau em que a lógica operativa do discurso do terrorismo é desvincular a violência armada do controle de armas e ligá-la, em vez disso, a projeções temerosas sobre os árabes, muçulmanos e corpos marrons. Em outras palavras, as ações arranjadas do estado de segurança interno estabelecem as próprias condições que tanto fortaleceriam quanto iriam contra Mateen, um homem cujas tendências dominadoras e violentas contra suas parceiras íntimas foram um tema para o registro legal, mesmo que seus encontros com pessoas do mesmo sexo nos aplicativos de namoro gay permaneçam tema de uma especulação não confirmada. A própria incapacidade de enquadrar Mateen nitidamente como nativo ou estrangeiro, homossexual ou homofóbico, por si só reflete o agenciamento entre as tendências queer e terrorista que se cruzaram em sua violência suicida. A própria característica inesperada daquela violência desmentiu todas as tentativas de reivindicar para ele a identidade estável de “terrorista islâmico radical” que Mateen, em um apelo final ilusório à mídia, tentou retrospectivamente se posicionar.

A análise de Puar com certeza oferece ferramentas necessárias para rearticular as políticas queer democráticas e inclusivas fora da dupla chantagem da guerra contra o terror, uma guerra que procura forçar uma escolha entre um Ocidente “tolerante” (que vigia e torna corpos marrons bodes expiatórios) e um mundo islâmico intolerante, com a sua opressão monolítica contra mulheres e queers. As políticas de afeto do terror são cruciais para sustentar essa dupla chantagem, mesmo quando o risco real ao público é reconhecido abertamente por ser uma pauta

engenhosa da direita reacionária. Como dois ex-membros do governo Obama observaram recentemente no *Times*, o medo estadunidense do terrorismo está fora de qualquer escala com os riscos reais:

Desde o 11 de Setembro, uma média de menos de nove estadunidenses foram mortos por ano em ataques terroristas em solo estadunidense, em comparação, por exemplo, com uma média de cerca de 12.000 mortos a tiros por ano. O presidente Barack Obama foi ridicularizado por notar (corretamente) que mais estadunidenses morrem todos os anos ao cair na banheira do que pelo terrorismo. O fato que os estadunidenses são 1.333 vezes mais propensos a serem mortos por um criminoso do que por um terrorista não convenceu o Congresso a levar o primeiro tão a sério quanto o último. E embora cada ataque ‘jihadista’ letal nos Estados Unidos desde o 11 de Setembro tenha sido realizado por um cidadão ou residente permanente, os oficiais eleitos continuam a enfatizar a ameaça representada por aqueles que vêm do exterior.¹

O valor heurístico do “homonacionalismo”, então, vai além de compreender como a cultura pública pode sustentar o aparato de segurança do estado de “lei e ordem” na ausência de um crime real ou de uma epidemia terrorista (de fato, Finer & Malloy, no artigo para o *Times*, desmerecem os medos do terrorismo somente para renaturalizar o crime como o foco mais legítimo para o interesse público). Ele procede como uma ferramenta conceitual heurística e ativista por meio de uma escala ainda em expansão de lugares geopolíticos. O terreno do político está longe de ser aquele em que os direitos dos gays estejam estabelecidos no senso comum, é óbvio. Em todo o mundo, uma agressiva reação contra o casamento gay, os direitos transgêneros, o sexo e o comércio queer tem inevitavelmente ocasionado a lembrança de que ainda não estamos todos dobrados à nação! Mas mesmo que o homonacionalismo nunca tenha pretendido explicar tudo sobre os meios das formações políticas neoliberais (e agora neofascistas), que procuram capturar a questão da

¹ Finer & Malley, 2017.

diversidade sexual e da não conformidade de gênero, ele permanece como uma ferramenta indispensável para lutar contra o presente ambíguo.

O fato de *Agenciamentos terroristas* estar tão mergulhado em debates feministas – e nos debates *dentro e entre* o feminismo das mulheres não brancas e do feminismo negro em particular – talvez explique o peso da atenção que ele dá à teoria do agenciamento como uma nova contribuição para os acoplamentos entre os campos da política de identidade e da interseccionalidade. Enquanto Puar dedica-se a esclarecer que a intenção da teoria do agenciamento nunca foi a de deixar de lado a teoria da interseccionalidade, mas redirecionar um conjunto de interesses que ainda não se tornou visível, ela chama a atenção em seu posfácio para as maneiras como o livro presta menos atenção a essa questão – e suas teóricas feministas negras fundamentais – do que deveria prestar. Da minha própria perspectiva como uma pessoa negra que recentemente escutou “Espero que nós bombardeemos seu país” de um homem branco irado nas ruas da cidade de Nova York – em uma declaração que mistura raiva antinegros, anti-imigrantes e imperialista branca em uma verdadeira tempestade tóxica – estou convencida de que a teoria de esquerda vai precisar *igualmente* de políticas de identidade e de políticas de afeto ainda por um bom tempo, para nos ajudar a analisar completamente todo o espectro do ódio armado que nos confronta e para avaliar melhor os recursos correspondentes de resistência e de esperança que estão disponíveis para nós. Não é preciso acreditar na comensurabilidade automática das lutas políticas negras e marrons contra o racismo branco e o imperialismo – *Agenciamentos terroristas* certamente não faz confluências tão fáceis – para entender que devemos pensar, sentir e agir *para além* das lutas e movimentos que nos mobilizam em um antagonismo vibrante, e não apenas *dentro* deles. A esse respeito, a teoria do agenciamento é tanto um método transeccional quanto a interseccionalidade é; nós precisamos de ambas as abordagens em nossa caixa de ferramentas e ainda outras.

O próprio conteúdo desses debates sublinha que enquanto a linguagem de *Agenciamentos terroristas* é inflexivelmente teórica, sua

urgência deixou seus argumentos se deslocarem para além dos círculos acadêmicos. Seu desvendar detalhado de toda a complexidade e da escala da nossa emergência atual faz do texto menos um repositório de respostas fáceis do que um campo imaginário para um engajamento adicional. Se isso colocou de ponta-cabeça um debate sobre a tese antirrelacional na teoria queer, que tinha se tornado um tanto mecânica e repetitiva, ele permanece incendiário mesmo que alguns tenham procurado deslocar o campo das questões da antirrelacionalidade para a antinormatividade. A nova edição de *Agenciamentos terroristas* é um lembrete cauteloso para qualquer um que possa ser tentado a adotar a normatividade e a biopolítica como novas questões que, de algum modo, estariam desprovidas de história profunda ou de largos horizontes imperialistas. Os conceitos de “homonacionalismo” e “tempos queer” que encontramos nestas páginas são precisamente aqueles mobilizados para problematizar posturas identitárias que colocariam o queer (ou o queer não branco) como intrinsecamente radical. Mas eles fazem isso de uma maneira que não concede nada àqueles que, por meio desse gesto, buscam esvaziar os estudos de sua política ou de suas consequências. E é aqui que o texto permanece exemplar e indispensável. Na ausência de um sujeito político inocente, *Agenciamentos terroristas* nos dá a figura abissal da “crítica sem sujeito”, devolvendo-nos repetidamente para um queer desumanizado que se esforça para permanecer apaixonadamente sintonizado com um mundo em revolta.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FINER, Jon & MALLEY, Robert. “How Our Strategy Against Terrorism Gave Us Trump”. *New York Times*, March 4, 2017.

PREFÁCIO

TÁTICAS, ESTRATÉGIAS, LOGÍSTICAS

Se pensarmos a tática como a arte de agenciar homens e armas para vencer batalhas e na estratégia como a arte de agenciar batalhas para vencer guerras, então a logística pode ser definida como a arte de agenciar a guerra e os recursos agrícolas, econômicos e industriais que a tornam possível. Se uma máquina de guerra pudesse ser considerada como tendo um corpo, então as táticas representariam os músculos e a estratégia o cérebro, enquanto a logística seria os sistemas digestivo e circulatório da máquina: as redes de aquisição e fornecimento que distribuem recursos por todo o corpo do exército.

– Manuel DeLanda, *War in the Age of Intelligent Machines*, 1991, p. 105.

Não construa nos bons velhos tempos, mas nos maus novos tempos.

– Walter Benjamin, *Reflections*, 1986, p. 219.

O que as vidas privilegiadas mostram no meio da guerra e da violência inevitável que acompanham a construção do império?

– M. Jacqui Alexander, *Pedagogies of Crossing*, 2005, p. 2.

O dia 19 de julho de 2006 foi declarado o Dia Internacional de Ação contra a Perseguição Homofóbica no Irã por duas organizações de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais e queers (LGBTQI),* a autoproclamada militância britânica OutRage!, e o grupo parisiense

* A sigla no inglês é LGBTIQ, mas, na tradução para o português, utilizaremos a de uso corrente no Brasil: LGBTQI. (N. da T.)

Idaho (uma sigla para Dia Internacional contra a Homofobia). Para marcar o aniversário de um ano dos enforcamentos públicos na cidade de Mashad de dois jovens iranianos, Mahmoud Asgari e Ayaz Marhoni, os dois grupos iniciaram uma convocação para protestos globais que resultaram em ações em dezenas de cidades nos Estados Unidos, Canadá e Europa. Manifestações em São Francisco, Nova York, Londres, Amsterdã, Moscou, Dublin e Estocolmo foram acompanhadas por locais menos previsíveis, como Salt Lake City, Sioux Falls, Tulsa, Varsóvia, Marselha, Cidade do México e Bogotá.¹ A convocação também foi endossada por várias organizações, incluindo a Associação Internacional de Gays e Lésbicas, a Organização Gay Holandesa, o Centro de Cultura e Lazer; dezenas de ativistas, artistas, acadêmicos, políticos e celebridades LGBTQI (por exemplo, o escritor-ativista Larry Kramer, o fundador do Centro de Estudos Gays e Lésbicos e professor da Cuny Martin Duberman, e o senador do estado de Nova York, Tom Duane); a Organização Gay e Lésbica Persa, um grupo gay iraniano com secretarias europeias e canadenses; o *site Egito Gay*; e os editores do *MAHA*, um “zine gay clandestino no Irã”, que escreveu que “a pressão LGBT internacional sobre as autoridades iranianas, em solidariedade ao povo LGBT iraniano,

¹ A lista completa de cidades onde ocorreram protestos é Nova York, Washington, Provincetown, São Diego, São Francisco, Fort Lauderdale, Sioux Falls, Seattle, Chicago, Tulsa, Salt Lake City, Toronto, Vancouver, Dublin, Cidade do México, Bogotá, Milão, Varsóvia, Amsterdã, Haia, Londres, Estocolmo, Marselha, Moscou, Bruxelas, Viena e Gloucester (Ireland, 2006). Duncan Osborne relata que aproximadamente 50 pessoas se reuniram em 19 de julho em frente à Missão do Irã nas Nações Unidas em Nova York, e outras 50 pessoas participaram de um painel de discussão sobre “gays no Irã” no Centro Comunitário de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros também em Nova York, um evento patrocinado pelo IGLHRC. A comissão foi originalmente a patrocinadora da vigília na Missão do Irã na ONU, mas desistiu cinco dias antes do evento, optando pelo painel de discussão (Osborne, 2006). Além disso, em “Washington, Rob Anderson liderou um protesto no Dupont Circle. Em San Francisco, Michael Petrelis reuniu palestrantes no Harvey Milk Plaza. Em Provincetown, Andrew Sullivan conduziu uma vigília silenciosa em frente à prefeitura. Em Toronto, Arsham Parsi, secretário de Direitos Humanos da Organização Persa de Gays e Lésbicas (PGLO), falou em uma reunião comemorativa. No Irã, os membros do PGLO acenderam velas de forma privada” (Rosendall, 2006).

é vital e muito bem-vinda”.² O ativista francês e fundador do Idaho Louis-George Tin saudou as manifestações como a gênese de um movimento internacional de solidariedade gay, considerando o Dia Internacional de Ação como “algo especial [que] acontece desde 19 de julho de 2005”.³

Houve, no entanto, muita discórdia entre as organizações LGBTQI em relação à convocação de protestos internacionais, após a discussão de um ano sobre os detalhes da manifestação. Essas disputas envolveram o OutRage!, de Peter Tatchell; a diretora da Comissão Internacional dos Direitos Humanos Gays e Lésbicos (IGLHRC), Paula Ettelbrick; Scott Long, diretor do projeto de direitos Lésbico, Gay, Bissexual e Transgênero do Projeto Human Rights Watch (HRW); o escritor Doug Ireland, da *Gay City News*; o fundador do Al-Fatiha, Faisal Alam, e os suspeitos de sempre entre comentadores gay, tais como Andrew Sullivan.⁴ Após os atentados a bomba em Londres, fotos dos enforcamentos que circularam na internet geraram indignação internacional. Uma postagem sobre isso e três fotos

² Uma lista mais extensa de apoios inclui Andy Humm e Ann Northrop, do canal de notícias de TV Gay USA, Walter Armstrong, da revista POZ, Sandy Rapp (uma cantora e escritora lésbica feminista), Rosario Dawson, Doric Wilson, Martin Duberman, Church Ladies for Choice, Allen Roskoff (presidente do Clube Democrático Liberal Jim Owles), Clube Democrático Stonewall, Igreja da Comunidade Metropolitana de Nova York, Darren Rosenblum (professor associado da Escola de Direito Pace), Larry Kramer, John Berendt (autor de *Midnight in the Garden of Good and Evil*), Lawrence D. Mass (cofundador da Gay Men's Health Crisis), Arnie Kantrowitz (professor emérito do College de Staten Island – Cuny), Sean Strub (fundador da revista POZ), Kenneth Sherill (professor no Hunter College – Cuny), a Associação Internacional Lésbica e Gay, o Centro de Cultura e Lazer, Tupilak (a associação de trabalhadores culturais lésbicas e gays na área nórdica), o Conselho Homo Nórdico, Humanistas do Arco-Íris Nórdico, o site GayRussia.ru, o grupo gay austríaco Iniciativa Homossexual de Viena, o Independent Gay News de Fort Lauderdale, o Seattle Gay News, a Campanha pela Paz e Democracia, a organização italiana Arcigay, a organização irlandesa BeLonG to Youth, a revista mexicana Enkidu e a organização colombiana Colômbia Diversa (Ireland, 2006). A citação do Maha vem de uma declaração divulgada pelos editores; ver Maha, 2006.

³ Ireland, 2006.

⁴ Tatchell, 2006. Tatchell reivindica que as execuções são parte de uma “limpeza étnica de árabes Ahwazi no sudoeste do Irã” que também é motivada pela homofobia. Long, 2006. Ver o *post* de Sullivan, 2005.

da execução foram inicialmente divulgadas no *site* da Agência de Notícias dos Estudantes Iranianos. Uma tradução desse artigo em um comunicado à imprensa do OutRage! qualificou os enforcamentos como “crimes de honra” de jovens gays, e a história se espalhou rapidamente em listas de discussão LGBTQI, *websites* e *blogs*. O acadêmico e ativista LGBTQI Richard Kim, contudo, em uma cronologia meticulosamente detalhada dos eventos, escreve no *The Nation* que não ficou nítido se os dois tinham tido sexo consensual (entre eles ou com outros) e foram vítimas de perseguição antigay ou se os adolescentes foram condenados por estupro coletivo de um menino de 13 anos.⁵ Em 22 de julho de 2005, a Human Rights Campaign, a maior organização lésbica e gay dos Estados Unidos, emitiu uma declaração exigindo que a secretária de Estado Condoleezza Rice condenasse os assassinatos. A Suécia e a Holanda suspenderam temporariamente as deportações de iranianos gays e o OutRage! apelou à UE para instituir sanções comerciais contra o Irã, num momento em que, como observa Kim, “a UE estava envolvida em delicadas negociações com o Irã sobre sua capacidade nuclear”.⁶ Em 23 de julho, de acordo com Kim, tanto o IGLHRC quanto o HRW estavam preocupados que os “direitos dos gays” estivessem sendo cooptados às custas de uma questão mais ampla de justiça social: a execução de menores.

Quer o caso complexo em questão seja de “execução juvenil”, perseguição de gays ou ambos, muitos comentaristas notam que os Estados Unidos continuam a resistir a um consenso crescente de que a pena de morte é desumana, tendo as execuções de menores de 18 anos sido proibidas apenas recentemente, em março de 2005. Como observa Faisal Alam, três homens “homossexuais” nigerianos foram condenados a ser apedrejados até a morte naquele verão e não geraram tal indignação

⁵ Kim, 2005.

⁶ Ver a Campanha da Fundação de Direitos Humanos, “Secretary Rice”. Ver dois documentos da HRW em relação à moratória holandesa sobre as deportações de gays iranianos. O primeiro é um comunicado de imprensa (“Dutch Officials”); o segundo, uma carta ao ministro Verdonk escrita por Scott Long; Kim, 2005.

global.⁷ Nem esses abusos suscitaram tanta resposta de grupos LGBTQI anteriormente. Nesse sentido, não ocorreram protestos em maio de 2004, quando a circulação de fotos das práticas de tortura em Abu Ghraib desencavaram a revoltante homofobia dos militares dos EUA.* Como a diretora Paula Ettelbrick do IGLHRC questiona: “Por que agora? Por que apenas o Irã?”.⁸

Denominado como um integrante do “eixo do mal” pelo governo Bush, e com evidências de ações militares planejadas dos EUA durante o verão de 2005, parece bastante nítido o porquê do agora e o porquê do Irã. Além disso, os protestos do aniversário de 2006 ocorreram durante o segundo mês da invasão israelense do Líbano, em meio ao aumento da pressão para levar em consideração o ataque militar à Síria e ao Irã por apoiarem o Hezbollah. A fixação frenética na homofobia do regime de Estado do Irã é, assim, perpetuada, em muitas instâncias, pelas mesmas facções que são responsáveis pela proliferação global de protestos contra uma futura invasão do Irã. Neste momento histórico, a bizarra conjuntura funciona como – nada menos do que – o racismo da esquerda gay global, com a aceitação indiscriminada da retórica islamofóbica que alimenta a guerra ao terror e as forças políticas que pressionam por uma invasão ao Irã, quando não uma aceitação tácita da própria ocupação pendente.

Agenciamentos terroristas: homonacionalismo em tempos queer é um convite para uma exploração mais profunda dessas conexões entre sexualidade, raça, gênero, nação, classe e etnia em relação às táticas, estratégias e logísticas das máquinas de guerra. Este projeto critica a promoção, gestão e valorização da vida e tudo o que a sustenta, descrevendo os mecanismos nos quais a queerização, como um processo de racialização, informa as próprias distinções entre vida e morte,

* As fotos liberadas em 2004 revelaram torturas realizadas por soldados estadunidenses em uma prisão na cidade iraquiana de Abu Ghraib. (N. da T.)

⁷ Alam, 2005.

⁸ Ettelbrick, 2005.

riqueza e pobreza, saúde e doença, fertilidade e morbidade, segurança e insegurança, viver e morrer. Raça, etnia, nação, gênero, classe e sexualidade desagregam sujeitos nacionais gays, homossexuais e queer que se alinham com os interesses imperiais dos EUA a partir de formas de queerização ilegítima que nomeiam e, em última análise, impulsionam populações à extinção.⁹ *Agenciamentos terroristas* coloca em primeiro plano a proliferação, a ocupação e a supressão da queerização em relação ao patriotismo, à guerra, à tortura, à segurança, à morte, ao terror, ao terrorismo, à detenção e à deportação, temas geralmente imaginados como desprovidos de conexão com a política sexual em geral e a política queer em particular. Impelida não apenas por essa dobra do queer e de outros sujeitos sexuais nacionais à gestão biopolítica da vida, mas pelo desdobramento simultâneo da vida, em direção à morte, de “populações terroristas” racializadas queerizadamente, a biopolítica delineia não apenas quais queers vivem e quais queers morrem – uma demarcação variável e contestável – mas também *como* queers vivem e morrem. Resultado dos sucessos da incorporação queer nos domínios dos mercados de consumo e do reconhecimento social no final do século XX, pós-direitos civis, essas várias entradas de queers na otimização biopolítica da vida marcam uma mudança, já que os corpos homossexuais têm sido historicamente entendidos como infinitamente doutrinados para a morte. Em outras

⁹ Uso os termos “gay” e “lésbica” em conjunto com “queer” para demarcar diferenças importantes na posicionalidade, mas também quero sugerir que alguns queers estão implicados em espaços e práticas homonormativas. Eu sinto que a noção de queeridade como uma identidade resistente às formações gays, embora historicamente ressaltada, é menos evidente no clima político contemporâneo dos Estados Unidos. No resto do texto uso “gay” como abreviação para incluir lésbicas; o termo “homossexual” quando é uma diferenciação apropriada do posicionamento do sujeito heterossexual; e a sigla LGBTQI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer e Intersexuais) para sinalizar organizações, ativistas e outros contextos coletivos; essa sigla, no entanto, não inclui a identidade de dois-espíritos, entre outras formações. Ao aderir a esses usos contextuais dentro dos contextos em mutação, noto a inadequação de todos esses termos, porque são simultaneamente excessivos e muito específicos. A tentativa de mediar essa tensão é precisamente sintomática do problema. Gostaria de agradecer à Patricia Ticineto Clough pelas conversas cruciais e oportunas sobre o enquadramento deste projeto, que deve ao seu pensamento sobre a teoria social contemporânea.